

Biografias de mulheres afro-brasileiras e indígenas em práticas pedagógicas antirracistas: relato de experiência

Biographies of black and indigenous women in anti-racist pedagogical practices: experience report

Helânia Thomazine Porto
Lúcia de Fátima Oliveira de Jesus

Resumo: O presente trabalho tem por objetivo apresentar uma proposta pedagógica que contempla educação antirracista, letramento racial e valorização da diversidade étnico-racial e de gênero, em ruptura com o modelo eurocêntrico e masculino de produção de conhecimento, a partir do material didático-pedagógico intitulado *Abecedário de ativistas afro-brasileiras e indígenas*, que contém a biografia de vinte mulheres historicamente excluídas da ciência. Para tanto, foram realizadas pesquisas bibliográfica e documental, considerando também o que dispõem as leis n.º 10.639 (Brasil, 2003) e n.º 11.645 (Brasil, 2008). Quanto às questões norteadoras, elegeu-se: - Em um país em que a maioria se identifica como “preta ou parda”, onde estão as cientistas, médicas, escritoras, engenheiras, advogadas negras, mestras de cultura e ativistas? - Por que a questão de gênero praticamente não é pontuada nos cursos de formação de educadores? - Como contribuir para que a leitura de biografias de mulheres afro-brasileiras e indígenas possa ser uma experiência de letramento e de fortalecimento de identificação étnico-racial? Conforme a abordagem qualitativa de pesquisa, a organização do catálogo com biografias de ativistas indígenas e afro-brasileiras, junto a discentes do sexto período do curso de Pedagogia da Universidade do Estado da Bahia (Uneb), sinalizou suas formas de enfrentamento aos sistemas opressores, tais como: capitalismo, machismo e sexismo. Com essa coletânea, almeja-se contribuir na divulgação das atuações das vinte ativistas, incluindo junto às suas biografias atividades de interpretação textual, por se defender a importância da visibilidade de mulheres negras e indígenas na educação básica, por meio de uma linguagem que promova criticidade e reconhecimento identitário. Ensinar e atuar no combate ao racismo demandam comprometimento com a revisão de currículos, livros didáticos, projeto político pedagógico e demais dispositivos que organizam as instituições de ensino, como também com a formação continuada de professores.

Palavras-chave: Letramento racial; Práticas pedagógicas antirracistas; Biografias de mulheres negras.

Abstract: The present work aims to present a proposal for anti-racist education, racial literacy and appreciation of ethnic-racial and gender diversity, from the perspective of breaking the Eurocentric and masculine model of knowledge production, based on the didactic-pedagogical material entitled “Abecedário of indigenous Afro-Brazilian activists”, made up of twenty women historically excluded from science. To this end, bibliographical and documentary research was carried out, also considering the provisions of laws 10,639 (Brazil, 2003) and 11,645 (Brazil, 2008). As for the guiding questions, the following were chosen: - In a country where the majority identifies as “black or brown”, where are the scientists, doctors, writers, engineers, black lawyers, teachers of culture and activists? - Why is the issue of gender practically not mentioned in teacher training courses? - How can we help ensure that reading biographies of Afro-Brazilian and indigenous women can be an experience of literacy and strengthening ethnic-racial identification? According to the qualitative research



approach, the organization of the catalog with biographies of indigenous and Afro-Brazilian activists, together with students in the sixth period of the pedagogy course at the State University of Bahia, highlighted their ways of confronting oppressive systems, such as: capitalism, machismo and sexism. This collection aims to contribute to the dissemination of the actions of the twenty activists, including textual interpretation activities alongside their biographies, by defending the importance of the visibility of black and indigenous women in basic education, through a language that promotes criticality and identity recognition. Teaching and acting in the fight against racism require commitment to the review of curricula, textbooks, political pedagogical projects and other devices that organize educational institutions, as well as the continued training of teachers.

Keywords: Racial literacy; Anti-racist pedagogical practices; Biographies of black women.

Introdução

A proposta pedagógica de letramento racial a partir de biografias de ativistas afro-brasileiras e indígenas foi pensada com discentes do sexto semestre do curso de Pedagogia do Departamento de Educação da Universidade do Estado da Bahia (Uneb), localizada em Teixeira de Freitas (BA). Nela se propunha pensar uma educação capaz de fomentar ações de reparação social e de valorização da diversidade étnico-racial, isto é, uma educação decolonial que se some às demais políticas públicas afirmativas de combate ao racismo no âmbito da universidade, conforme proposição das leis n.º 10.639/2003 (Brasil, 2003) e n.º 11.645/2008 (Brasil, 2008).

As pesquisas bibliográfica e documental realizadas com estudantes do curso de Pedagogia, no bojo do componente curricular Núcleo de Extensão e Pesquisa Interdisciplinar IV, possibilitaram organizar um catálogo com biografias de vinte ativistas indígenas e afro-brasileiras, acompanhadas de atividades de letramento. Pois, considerou-se que ensinar e atuar no combate ao racismo demandam comprometimento com a revisão de currículos, livros didáticos, projeto político pedagógico e demais dispositivos que constituem as instituições de ensino, como também com a formação continuada de professores. Conforme sinalização da professora e pesquisadora Záira Bomfante dos Santos, em entrevista concedida ao professor e pesquisador Francis Arthuso Paiva (2022, p. 10), “O nosso grande desafio é desenvolver trabalhos e reflexões que ajudem o professor da educação básica ampliar sua formação docente, qualificar suas aulas e contribuir com o desenvolvimento educacional da região”.



Em defesa de que a educação deva ser instrumento de construção da cidadania, e em atenção as leis n.º 10.639/2003 (Brasil, 2003) e n.º 11.645/2008 (Brasil, 2008), problematizou-se junto às estudantes de Pedagogia sobre a ausência de material didático-pedagógico de letramento que versasse sobre mulheres negras e indígenas que atuam politicamente no Brasil e na região, conforme os seguintes questionamentos: - Em um país em que a maioria se identifica como “preta ou parda”, onde estão as cientistas, médicas, escritoras, engenheiras, advogadas negras, mestras de cultura e ativistas? - Por que a questão de gênero praticamente não é pontuada nos cursos de formação de educadores? - Como contribuir para que a leitura de biografias de mulheres afro-brasileiras e indígenas possa ser uma experiência de letramento e de fortalecimento de identificação étnico-racial?

Assim, pela defesa de uma educação emancipatória, ampara-se no teórico Paulo Freire (2001, p. 45), por ele considerar que “uma pedagogia utópica de denúncia e de anúncio, tem de ser um ato de conhecimento da realidade denunciada”. Portanto, importante se faz levantar, junto a discentes da educação superior, biografias de mulheres afro-brasileiras e indígenas que atuam e atuaram politicamente em favor da equidade social.

Essas inquietações demandaram investimento em pesquisas teóricas, considerando o levantamento de biografias de mulheres afro-brasileiras e indígenas realizado pelas discentes do curso de Pedagogia, um importante material para a elaboração de atividades de interpretação textual voltadas para o letramento racial de estudantes do ensino fundamental, pois considerou-se que, apesar de todas as políticas afirmativas raciais, o racismo continua a determinar limites para a reversão das desigualdades socioeconômicas. Sendo esses limites recrudescidos quando interseccionados com a questão de gênero.

O letramento racial, aqui defendido, pressupõe uma dimensão política, que, na perspectiva de Lia Vainer Schucman (2012), está relacionada principalmente com a necessidade de desconstruir formas de pensar e agir que foram naturalizadas, especificamente de como a sociedade foi organizada a partir de uma perspectiva eurocêntrica e orientada pela lógica do privilégio do



branco. Logo, deve-se pensar e propor práticas educativas que explanem e avancem sobre a falsa e insustentável ideia de igualdade, pois o racismo é estrutural e institucional.

Nesse sentido, o presente trabalho tem por objetivo apresentar uma proposta pedagógica que contempla educação antirracista, letramento racial e valorização da diversidade étnico-racial e de gênero, em ruptura com o modelo eurocêntrico e masculino de produção de conhecimento, a partir do material didático-pedagógico intitulado *Abecedário de ativistas afro-brasileiras e indígenas*, que contém a biografia de vinte mulheres historicamente excluídas da ciência.

Reflexões teóricas

As formas de opressão da mulher, não apenas ocidental, vêm de longa data e se relacionam a fatores de cunho sociológico, antropológico e psicológico, pois envolvem aspectos que submergem a divisão social do trabalho e a própria procriação, conforme explicita Simone de Beauvoir (1980, p. 179):

A história nos mostrou que os homens sempre detiveram todos os poderes concretos, desde os primeiros tempos do patriarcado; julgaram útil manter a mulher em estado de dependência; seus códigos estabeleceram-se contra ela; e assim foi que ela se constituiu concretamente como Outro.

Quanto às mulheres negras, a opressão se deu também pela cor da pele, sendo a sua humanidade negada. Na análise de Bárbara Carine Soares Pinheiro (2020), a escravidão necessitou desumanizar o ser humano negro para legitimar as violências e toda política letal do Estado.

No entanto, não se pode omitir que o respeito à diversidade vem sendo construído, ainda que seja com certa dificuldade e limitações. Conforme pesquisa realizada por Carolina Pimentel (2023) publicada pelo Geledés – Instituto da Mulher Negra, em 18 de abril de 2023, 70% dos municípios do país não cumprem as leis n.º 10.639 (Brasil, 2003) e n.º 11.645 (Brasil, 2008), ou seja, não possuem qualquer programa ou iniciativa de promoção da equidade racial nas escolas. Conseqüentemente, grupos étnicos, como negros e



indígenas, são vistos como inferiores, pois, na perspectiva da branquitude, representam uma ameaça aos padrões europeu e americano de ser e de viver.

A branquitude, neste estudo, entendida como uma ideologia que impõe como legítimos pensamentos e modos de existência a partir de uma lógica excludente, considerando como padrão as epistemologias e práticas de grupos brancos que dominam o capital e que se acham capazes e superiores em relação aos demais grupos, exercendo sobre estes opressão, preconceito e exclusão.

Dentre os caminhos a serem percorridos no desenvolvimento da pesquisa científica, a partir da problemática levantada, as pesquisas bibliográfica e documental foram as modalidades eleitas, pois, segundo Lakatos e Marconi (1991), trata-se de “um processo contínuo de pensar reflexivo, cuja formulação requer conhecimentos prévios do assunto (materiais informativos), ao lado de uma imaginação criadora” (p. 28).

Ante o universo de informações, estas foram organizadas segundo uma amostragem intencional, em que mulheres foram selecionadas com base em certas características sinalizadas como relevantes, tais como, serem afro-brasileiras ou indígenas, ativistas, do território nacional e de pouca visibilidade no cenário científico.

Nesse sentido, as informações obtidas foram apresentadas conforme a pesquisa de natureza qualitativa (Gil, 2002), possibilitando a produção de um material didático-pedagógico, isto é, um catálogo – que se configura como um gênero textual que possibilita reflexões acerca do ensino de relações étnico-raciais a partir de mulheres ativistas, apresentadas em ordem alfabética. Pois assume-se que a educação em diferentes espaços deve ser anunciadora de um novo mundo (Freire, 2001), no qual os diferentes grupos étnico-raciais sejam representados de forma propositiva.

Nesse sentido, o relato dessa experiência repousa entre duas miragens, a saber: na possibilidade de socialização de propostas educativas, que, ao passarem pelo crivo de discentes e docentes, foram avaliadas positivamente; e na de ser uma sugestão de trabalho a ser recriada e adaptada, conforme os contextos educacionais e culturais de discentes, especificamente para os do



ensino fundamental de escolas de rede pública e privada, além ser um material para consulta na produção de mostras e postagens em mídias sociais, entre outras propostas de ensino, pesquisa e extensão.

Nessa perspectiva, conforme já anunciado, foi proposto para o trabalho do componente curricular Núcleo de Extensão e Pesquisa Interdisciplinar IV o debate acerca das educações e formações imbricadas na/pela diversidade cultural, para se pensar na constituição de uma sociedade antirracista e pluridiversa no Brasil. Com enfoque nas categorias racismo estrutural e desigualdades sociais, buscou-se desnudar o mito da democracia racial, por meio da análise dos conceitos de racismo, preconceito, discriminação e estereótipos; enfim, problematizou-se acerca do racismo e de suas expressões nas experiências/relações intraescolares e extraescolares, assim como se pôs em destaque, ainda que brevemente, o trabalho de afro-brasileiras e indígenas, quase sempre invisibilizado em nossa estrutura social.

Assim, junto às discentes do curso de Pedagogia, elegeram-se as teóricas Djamila Ribeiro (2019), bell hooks (2017) e Angela Yvonne Davis (2016), por suas proposições explicitarem que, ao se estudarem autores negros, não se deve basear apenas em uma visão essencialista, ou seja, na crença de que devem ser lidos apenas por serem negros, mas porque promovem uma identificação, principalmente na sociedade brasileira, em que se tem uma grande parcela de população negra.

A proposta também esteve apoiada em fundamentações teóricas acerca de mulheres ativistas afro-brasileiras e indígenas, nacionais e regionais, principalmente nas discussões de Bárbara Carine Soares Pinheiro (2020) e nas experiências socializadas de Islen Machado (2023), a fim de promover reflexões acerca da contribuição de mulheres na organização de movimentos e ações de enfrentamento às diversas formas de violência, notadamente o racismo e o sexismo. Sem deixar de ponderar as contribuições de Frantz Fanon (2011).

Considera-se que a proposição de uma educação em perspectiva decolonial começa quando se rompe com o fascínio pelo 'homem branco' e pela civilização ocidental, conforme defesa de Houria Bouteldja (2012) na



Primeira Conferência da Rede Descolonial Europeia, na Universidade Complutense de Madri. No entanto, é bom lembrar que a defesa de uma educação antirracista não é algo novo no Brasil, os teóricos Abdias do Nascimento, Lélia Gonzalez, Azoilda Loretto da Trindade e Nilma Lino Gomes reivindicaram essa demanda há muito tempo, antes mesmo da redemocratização do país, após ditadura militar. Já na década de 1980, esses intelectuais defendiam que agrupamentos sociais como favelados, operários, artesãos, grupos de mães e mulheres negras, associações quilombolas deviam ser mencionados na educação escolar, pois também são portadores e produtores de saberes e fazeres.

Procedimentos metodológicos na construção do Abecedário

As pesquisas bibliográficas mostraram um crescimento significativo no campo de estudos biográficos, especialmente na área de educação, sobretudo a partir da década de 1990. De acordo com Jesus (2022), o método das biografias educativas ressurgiu sob a influência de questionamentos levantados pelos movimentos sociais populares aos métodos tradicionais.

Em resposta a duas problematizações – Em um país em que a maioria se identifica como “preta ou parda”, onde estão as cientistas, médicas, escritoras, engenheiras, advogadas negras, as mestras de cultura, ativistas?; Por que nos cursos de formação de educadores a questão de gênero praticamente não é pontuada? –, realizou-se o levantamento de biografias de mulheres indígenas e afro-brasileiras do território nacional. A cada estudante da turma do sexto semestre do curso de Pedagogia foi proposta a elaboração da biografia de uma ativista, eleita a partir de nomes levantados durante pesquisas realizadas no sistema de busca do Google.

No levantamento, chegou-se a um quantitativo de 45 mulheres, desse total elegeram-se vinte mulheres, conforme o número de discentes da turma, sendo biografadas dez indígenas e dez afro-brasileiras. Cada texto biográfico foi elaborado com aproximadamente 150 a 200 palavras, seguido de uma fotografia da ativista e de atividades de interação textual, em sua maioria voltadas para estudantes dos anos iniciais do ensino fundamental.



Denominou-se a coletânea de biografias de *Abecedário de ativistas afro-brasileiras e indígenas*, objetivando que cada discente em formação fosse capaz de: (a) conhecer biografias de ativistas, escritoras, médica, catadora de papel, comediantes, cantoras, mãe de santo, professoras e muitas outras que exerceram ou exercem papéis distintos na sociedade brasileira e no exterior; (b) apresentar situações comunicacionais de letramento a partir de biografias de mulheres indígenas e afro-brasileiras; (c) produzir jogos ou atividades on-line, animação ou outro recurso digital que propiciasse a divulgação das biografias produzidas.

Importante informar que esta turma é constituída só de mulheres, com um quantitativo importante de mulheres negras e de ancestralidade indígena. Assim, considerou-se que a pesquisa e produção desse material intensificaram a construção identitária dessas estudantes.

Na produção dessas atividades defendeu-se que o combate ao racismo exige práticas educativas decoloniais, portanto demandam questionamentos acerca das formas como nossa sociedade foi e está estruturada, e como os lugares de poder são ocupados; para que se reflita sobre o papel das ações afirmativas, como das cotas raciais; e também que sejam reconhecidos os efeitos provocados pelo fato de a nossa história ter sido ensinada quase que exclusivamente a partir da perspectiva eurocêntrica; portanto que as práticas decoloniais implementadas tenham como referências teorias capazes de apresentar a história brasileira a partir da perspectiva de quem a construiu.

Nesse contexto, a universidade, especificamente nos cursos de formação de educadores, tem cumprido um papel importante no fomento de uma educação antirracista, entretanto esses temas são desenvolvidos em situações pontuais, como no componente curricular Núcleo de Extensão e Pesquisa Interdisciplinar IV, o que não significa que ele esteja presente em todos os currículos de Pedagogia e na formação de professores em geral.

Nesse sentido, a produção do *Abecedário de ativistas afro-brasileiras e indígenas* teve como princípio o combate ao racismo, fortalecendo a implementação das leis n.º 10.639/03 (Brasil, 2003) e n.º 11.645/08 (Brasil,



2008), as quais propõem que sejam abordadas as histórias e as culturas africanas, afro-brasileiras e indígenas de forma orgânica e sistemática.

Dentre muitas mulheres negras e indígenas que fizeram de suas vidas uma luta constante contra toda forma de discriminação, racismo e violência instaurada em nossa sociedade, destacaram-se as apresentadas nos quadros 1 e 2:

Quadro1 – Ativistas afro-brasileiras

Mulheres afro-brasileiras	Área de ativismo
<p>Bernadete Pacífico é como é conhecida Maria Bernadete Pacífico (1951-2013)</p>	<p>litorixá, ativista e líder quilombola brasileira. Participou da Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos e da Associação de Agricultores. Foi secretária de Políticas de Promoção da Igualdade Racial de Simões Filho (BA), entre 2009 e 2016. Lutava junto ao falecido filho contra a instalação de um aterro da empresa Naturalle nas proximidades do Quilombo Pitanga dos Palmares. Foi assassinada em 2013.</p>
<p>Carolina Maria de Jesus (1914-1977)</p>	<p>Escritora, atriz circense, artesã, compositora, cantora de samba e mãe solo. Trabalhou como catadora de papelão quando residia na favela do Canindé (SP), até ser reconhecida mundialmente por meio de um de seus livros: <i>Quarto de despejo: diário de uma favelada</i>.</p>
<p>Elza de Sousa Sales (1972-)</p>	<p>Professora, licenciada em Letras pela Uneb, poeta popular e militante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).</p>
<p>Hilária Batista de Almeida, conhecida por Tia Ciata (1854-1924)</p>	<p>litorixá, curandeira, quituteira, sambista, compositora, promotora da cultura popular e da cultura negra nas favelas do Rio de Janeiro. Considerada como uma das pessoas mais influentes para o surgimento do samba carioca.</p>
<p>Jaqueline Goes de Jesus (1989-)</p>	<p>Biomédica, cientista, doutora em patologia humana, esteve na linha de frente do combate à pandemia da Covid-19, especificamente na coordenação da equipe responsável pelo sequenciamento do genoma do vírus SARS-CoV-2.</p>
<p>Marielle Francisco Santos ou Marielle Franco (1979-2018)</p>	<p>Socióloga pela PUC-Rio, mestrado em Administração Pública pela UFF, ativista, feminista e política, mãe solo, defensora dos direitos humanos, principalmente das minorias. Filiada ao partido Socialismo e Liberdade, eleita vereadora do Rio de Janeiro (2017-2018). Suas pautas buscavam garantir os direitos de mulheres, população LGBT, negros e moradores</p>

	de favelas. Foi assassinada em 2018, junto com o seu motorista, Anderson Gomes, na região central do Rio de Janeiro.
Neusa Santos Souza (1951-2008)	Médica psiquiatra pela UFBA, psicanalista, pesquisadora, professora e escritora. Uma das maiores referências sobre os aspectos sociológicos e psicanalíticos da negritude.
Raimunda Nilma de Melo Bentes (1948-)	Bacharela em Agronomia, pela UFRA, ativista, escritora, líder do Movimento Negro na região amazônica, fundadora do Centro de Defesa e Estudos do Negro do Pará, responsável pela criação do Conselho Municipal do Negro em Belém, da Delegacia de Crimes Discriminatórios e pela Seção Técnico-Pedagógica de Relações Raciais da Secretaria de Educação do Pará, além de atuação em várias frentes de combate ao racismo. Organizou e escreveu a cartilha <i>Raça Negra: a luta pela liberdade</i> .
Tereza de Benguela (sem data de nascimento)	Líder do Quilombo Quariterê (Mato Grosso), no século XVIII, considerada a precursora do Movimento Negro e feminista do país. Homenageada no dia 25 de julho – Dia Nacional de Tereza de Benguela e da mulher negra.
Vilma Maria dos Santos Reis (1969-)	Socióloga pela UFBA, professora, feminista, política, ativista brasileira e militante do Partido dos Trabalhadores. Defensora dos direitos humanos, das mulheres, negros e LGBT. Atuou como coordenadora do Fórum de Mulheres de Salvador. Participou da elaboração do Plano Nacional de Políticas para Mulheres e da Marcha de Mulheres Negras. Participa da Organização de Mulheres Negras. Em 2019, foi candidata a prefeita de Salvador, e, em 2022, a Deputada Federal da Bahia pelo PT.

Fonte: Porto; Jesus (2023).
Quanto 2 – Ativistas indígenas

Mulheres indígenas	Área de ativismo
Alice Pataxó (2001-)	Comunicadora, ativista, fundadora do canal Nuhé (no YouTube), colunista do Projeto Colabora, do Yahoo Notícias, do Fontes BR e do blog Tucum Bahia. Integrante das Cunhataí ikhã (um projeto da Anai-Associação Nacional de Ações Indigenistas), ativista nas questões de gênero, ambientais e educacionais. Considerada uma das cem mulheres mais influentes e inspiradoras do mundo, pela BCC, em 2022.
Daiara Tukano (1982-)	Artista visual, muralista, professora, comunicadora, curadora e ativista dos direitos indígenas e



	comunicadora. Coordenadora da Rádio Yandê.
Eliane Lima dos Santos ou Eliane Potiguara (1950-)	Escritora, professora, intelectual, ativista, empreendedora social, fundadora da primeira organização de mulheres indígenas no país (GRUMIN/Grupo Mulher-Educação Indígena), coparticipante da criação e evolução do Movimento Indígena Brasileiro, é uma das 52 brasileiras indicadas para o projeto internacional Mil Mulheres para o Prêmio Nobel da Paz.
Graça Graúna é nome indígena de Maria das Graças Ferreira (1948-)	Professora adjunta da Universidade Federal de Pernambuco, licenciada em Letras pela UFPE, mestrado e doutorado em literatura, pesquisadora e escritora de literatura, cultura e direitos indígenas. Sua produção literária inclui poesias, crônicas, literatura e traduções.
Kaê Guajajara é o nome artístico da indígena Aline Silva de Lira (1993-)	Cantora, compositora, atriz, autora e ativista indígena brasileira, ambientalista e defensora dos direitos indígenas e ambiental, fundadora da Azuruhu, selo musical voltado ao desenvolvimento de artistas indígenas.
Luciana Ferreira, conhecida por Zabelê Pataxó (1932-2012)	Artesã, ativista que lutou pela conquista da educação escolar indígena e do território Pataxó, sobretudo pela Terra Indígena Comexatibá (Prado-BÁ).
Putanny Yawanawá (1980 -)	Líder espiritual do povo Yawanawá, ativista ambiental e promotora da cultura yawanawá. Recebeu o título de Mulher Cidadã Bertha Luz do Senado Brasileiro
Sônia Bone de Souza Silva Santos, conhecida por Sônia Guajajara (1974-)	Graduada em Letras pela UEMA, formada em Enfermagem pela UEMA, coorganizadora da I Marcha das Mulheres Indígenas, ativista indígena, coordenadora-executiva da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), ministra do Ministério dos Povos Indígenas, é uma das 100 pessoas mais influentes do mundo, segundo a Revista <i>Time</i> .
Yaka Edilene Sales Huni Kuin (1998-)	Artista plástica, liderança, palestrante e ativista do Huni Kuin Yaka. Teve suas pinturas expostas na Galeria Estação e na do Banco Itaú, ambas em São Paulo.
Zélia Balbina Ferreira, conhecida por Ponã Puri (não foi possível acessar a sua dada de nascimento)	Licenciada em Pedagogia e Letras pela FINAM (RJ), artista, escritora e produtora cultural no mercado de audiovisual. Criadora e coordenadora do Centro de Produção Cultural Mestre Raladinho (RJ). Membro da Associação Internacional de Poetas, da Academia Panamericana de Letras e Artes e do Instituto Brasileiro de Culturas Internacionais, do Movimento de Poetas Del Mundo (Chile) e cofundadora do Movimento de Ressurgência do Puri. Ativista dos direitos

	índigenas, no Conselho Estadual dos Direitos Indígenas (CEDIND-RJ).
--	---

Fonte: Porto; Jesus (2023).

Com essa coletânea, almejou-se contribuir na divulgação das atuações dessas mulheres, incluindo junto às suas biografias atividades de interpretação textual, por se compreender a importância da visibilidade de mulheres negras e indígenas na educação básica, por meio de uma linguagem promotora de criticidade e de reconhecimento étnico-identitário.

Imagem 1 – Capa da coletânea



Fonte: Porto; Jesus (2023).

Não há a intenção de o material didático-pedagógico ser uma “cartilha”, apesar do nome abecedário. Intenta-se tratar, de modo sugestivo, que a sociedade foi e é organizada com a participação de mulheres afro-brasileiras e indígenas, e, de alguma maneira, colaborar para a redução de injustiças sociais. Ademais, é possível que essa produção técnico-pedagógica possa servir de inspiração para outras escritas, conforme as realidades de estudantes da educação básica.

Recortes do Abecedário – três ativistas negras

A elaboração do *Abecedário de ativistas afro-brasileiras e indígenas* se deu também pela oportunidade de se responder a terceira questão: - Como contribuir para que a leitura de biografias de mulheres negras e indígenas possa ser uma experiência de letramento que promova o fortalecimento de identificação étnico-racial? Ou seja, que a adoção de um material de letramento promovesse nos discentes, tanto do ensino superior quanto da educação básica, uma identificação positiva com as histórias de vida das ativistas apresentadas.

Sobre a utilização de 'histórias de vida' no âmbito da pesquisa e ensino, Jesus (2022) defende que deve haver maior intencionalidade política e integração entre a investigação e a sociedade brasileira, com o rigor necessário para descrever os acontecimentos cotidianos que identifiquem os significados das ações dos agentes sociais do ponto de vista do próprio ator social.

Sendo assim, dentre o conjunto de mulheres afro-brasileiras e indígenas, destacam-se, neste item, as contribuições de três mulheres negras no contexto político, sinalizando suas formas de enfrentamento aos sistemas opressores, tais como: capitalismo, patriarcalismo, racismo e machismo.

Elza de Sousa Sales (1972-)

A biografia de Elza de Sousa Sales foi elaborada pela discente de Pedagogia Yara Pereira Costa Silva (2023) a partir de seu contato com a ativista, quando se realizou no Departamento de Educação uma roda de conversa com a professora e poeta baiana. A sua biografia é apresentada junto a uma fotografia colorida, cedida pela própria ativista.

A professora Elza de Sousa Sales é formada em Letras, poeta e defensora do Movimento Sem-Terra (MST). Nasceu em 1972, em Alcobaça-Bahia. Uma mulher negra, de família pobre, que precisou lutar para garantir seus direitos. Após a morte de seu pai, aos 7 anos, foi criada por outra família, pois sua mãe não tinha condições de criar os 7 filhos que possuía, a partir daí, foi vítima de trabalho escravo infantil e só ingressou na escola aos 11 anos de idade. Passou por diversas interrupções em seus estudos. Casou-se aos 16 anos, e após a gravidez da primeira de suas três filhas, retornou aos estudos. Ao conhecer o MST, decidiu, sem o apoio da família, seguir sozinha, passando a residir no acampamento Jequitibá, em Mucuri-BA, a partir de



2002. Neste espaço concluiu o ensino médio, ingressando posteriormente no curso superior, em licenciatura plena em Letras, ofertado pela Universidade do Estado da Bahia – UNEB. Sua linha de pesquisa é o Feminismo na literatura. Reconhecida no movimento e na universidade por sua literatura popular, na perspectiva da oralitura, pois seus poemas são produzidos oralmente e performados, e poucas vezes registrados. Uma de suas obras mais conhecidas é o poema “Ética e Cidadania”, no qual retrata um pouco de sua história de vida e formas de resistência ao racismo e as desigualdades sociais (Silva, 2023, p. 16).

Da biografia de Elza de Sousa Sales, pode-se inferir sobre diferentes questões, como racismo estrutural, negros em situação de vulnerabilidade, trabalhos análogos a escravidão, violência a corpos negros femininos. Também se pode refletir sobre a importância da participação da mulher negra nos movimentos sociais, pois a adesão de Elza ao Movimento Sem-Terra possibilitou que ela enfrentasse às negações dos direitos humanos, promovendo para os seus equidade social, desde moradia ao acesso à educação básica e ao ensino superior.

Sua biografia é trabalhada em uma proposta de interação textual, tendo por mote trecho do poema “Ética e Cidadania”, de sua autoria:

Trabalhava o dia todo, não tinha direito de **BRINCAR**,
CRIANÇA com sete anos, trabalhava sem parar
 a noite chegava **DESFALCIDA**
 Estava eu tristonha e desprezada, que sofrimento era o meu.
 E sem entender nada pensava: Por quê? Por que meu pai
 morreu?
 Nunca possui um **BRINQUEDO**, para dizer: vou brincar
 meu brinquedo era o **TRABALHO**, para não ficar sem
ALMOÇAR.

O fragmento do poema é um convite para uma reflexão acerca da infância da autora, podendo suscitar em diferentes espaços educativos e formativos rupturas com a imagem cristalizada de que no Brasil há uma democracia racial, uma vez que o racismo tem sido uma prática que tem marcado de forma profunda a sociabilidade dos sujeitos no país.

Djamila Ribeiro, em seu livro *Pequeno manual antirracista* (2019), explicita que os movimentos de pessoas negras há anos debatem o racismo como estrutura fundamental das relações sociais, criando desigualdades e



abismos. “O racismo é, portanto, um sistema de opressão que nega direitos, e não um simples ato da vontade de um indivíduo” (Ribeiro, 2019, p. 6).

Por se tratar de uma atividade para o desenvolvimento da alfabetização e letramento de discentes dos anos iniciais do ensino fundamental, o poema é seguido de uma cruzadinha, a ser preenchida com palavras destacadas nele, uma outra maneira de retomar o trecho que trata da infância de Elza.

Ao se apreender o racismo como um elemento estruturante das sociedades, conforme se observa na biografia de Elza de Sousa Sales, necessário se faz a adoção de uma acuidade nos espaços formativos por parte dos educadores, isto é, uma escuta acerca da vida dos discentes e de seus familiares. Uma cartografia das violências sofridas por eles motivadas pelo racismo se faz importante em um território localizado no extremo sul da Bahia. Em suas análises, Fanon (2011) destaca que “o objeto do racismo é não discriminar o homem particular, mas uma certa forma de existir” (p. 274), uma vez que:

[...] o racismo é sem sombra de dúvida um elemento cultural. [...] Contudo, este elemento cultural preciso não se enquistou. O racismo não pode esclerosar-se. Teve de se renovar, de se matizar, de mudar de fisionomia. Teve de sofrer a sorte do conjunto cultural que o informava. Como as Escrituras se revelaram insuficientes, o racismo vulgar, primitivo, simplista, pretendia encontrar no biológico a base material da doutrina. [...] Tais afirmações, brutais e imensas, dão lugar a uma argumentação mais fina (Fanon, 2011, p. 274).

Se o racismo não pode mais ser fundamentado em uma base biológica, vai assumindo aos poucos um caráter cultural. Nessa perspectiva, a negação de sua existência, por vezes, exerce uma forte influência nos sujeitos que “o grupo inferiorizado tinha admitido, com uma força de raciocínio implacável, que a sua infelicidade provinha diretamente das suas características raciais e culturais” (Fanon, 2011, p. 280), e não da forma como a sociedade se estruturou.

Nesse sentido, necessária se faz a leitura de autores(as) e escritores(as) negros(as), pois não é possível alavancar uma educação antirracista apenas com autores(as) e literatos(as) brancos(as), intérpretes da condição de oprimidos.



Jaqueline Goes de Jesus (1989-)

A biografia da cientista e biomédica doutora Jaqueline Goes de Jesus foi elaborada pela discente de Pedagogia Hadassa Borges Pacheco de Araújo (2023) a partir de pesquisa bibliográfica, utilizando o buscador Google. A autora Araújo (2023) apresenta a ativista também de forma imagética, ao se utilizar de uma fotografia colorida conforme busca realizada no Google Imagens. Sobre a cientista, destaca-se:

JAQUELINE Goes de Jesus nasceu no dia 19 de outubro de 1989, em Salvador. Ela é uma biomédica **PESQUISADORA** brasileira, com doutorado em patologia humana. Distinguiu-se por ser a **BIOMÉDICA** que coordenou a equipe responsável pelo sequenciamento do genoma do vírus SARS-CoV-2, realizado em apenas 48 horas após a confirmação do primeiro caso de **COVID 19** no BRASIL. Foi na adolescência que Jaqueline decidiu seguir a carreira biomédica. A sua primeira experiência em pesquisa envolveu o vírus VIH- algo que a marcou muito pelo impacto a nível mundial, o que determinou que ela prosseguisse no percurso da pesquisa científica. Em 2021, foi uma das **MULHERES** homenageadas pela empresa Matel que produziu uma linha da boneca Barbie dedicada às mulheres que estiveram na linha de frente de combate à pandemia da Covid-19 (Araújo, 2023, p. 22).

Ao se trazer informação sobre a médica e pesquisadora Jaqueline Goes de Jesus, rompe-se com um silenciamento no ambiente escolar acerca de cientistas negras, pois poucas são as referências a pesquisadores(as) negros e negras, inviabilizando, em certa medida, que estudantes negros(as) se identifiquem com personalidades que produzem ciência, como no caso da doutora Jaqueline, que realizou o sequenciamento do genoma do vírus SARS-Cov-2, possibilitando o desenvolvimento de tecnologias na área da saúde, conseqüentemente a melhoria na prevenção e tratamento da população no contexto da pandemia Covid-19.

Após apresentação da biografia de Jaqueline Goes de Jesus, apresenta-se como atividade de interpretação de texto um caça-palavras, em que é solicitado que sejam encontradas as palavras-chave destacadas no texto biográfico.

Ainda no item interpretação textual, solicita-se que o(a) estudante responda duas questões referentes a biografia da médica, a saber: “Você já



tinha lido sobre essa cientista?” e “O que mais lhe chamou atenção sobre a biografia dela”. Espera-se que o discente dos anos iniciais do ensino fundamental retorne ao texto e elabore suas respostas com autonomia e autenticidade.

Considerando a importância da cientista para a saúde nacional e internacional, a empresa Matel produziu uma Barbie em sua homenagem. Sendo assim, propõe-se como atividade a reprodução ilustrativa da Barbie Jaqueline Goes de Jesus - uma linguagem lúdica com um objetivo de reforçar a importância desta cientista negra para o desenvolvimento do país. Considerou-se também que o desenho da boneca Dr^a Jaqueline poderá suscitar no(a) estudante negro(a) identificação com a estética de corpos negros, positivando o sentimento de pertencimento ao seu grupo étnico-racial.

Sobre a biografia de Jaqueline Goes de Jesus, importante se faz informar que a pesquisadora teve apoio de agências de fomento de pesquisa no âmbito da universidade pública, contribuindo para se defender junto aos estudantes mais velhos acerca da diversidade étnico-racial na produção de ciência, como também mencionar sobre as políticas de mobilidade social, desde o investimento na educação pública, na pesquisa e na criação de políticas educacionais afirmativas até a permanência de estudantes cotistas na universidade.

Marielle Francisco Santos ou Marielle Franco (1979-2018)

A biografia da socióloga, ativista, feminista e política Marielle Franco foi elaborada pela discente de Pedagogia Rutielhe da Cruz Viana (2023) a partir de pesquisa realizada no Instituto Marielle Franco¹. Como as demais ativistas, a biografia de Marielle Franco é ilustrada com uma fotografia, retirada do Google Imagens.

Nascida em 27 de julho de 1979, na cidade do Rio de Janeiro, a SOCIÓLOGA, ATIVISTA, FEMINISTA, POLÍTICA. Mulher negra pobre e criada na favela, Marielle Francisco Santos representou uma série de minorias ao longo da sua vida. Defensora dos direitos humanos, criticava a intervenção federal

¹ <https://www.institutomariellefranco.org/>



no Rio de Janeiro e a Polícia Militar, tendo denunciado vários casos de abuso de autoridade por parte de policiais contra moradores de comunidades carentes. Filiada do Partido Socialismo e Liberdade, elegeu-se VEREADORA do RIO DE JANEIRO para o período de 2017- 2018, na Eleição Municipal de 2016, sendo a quinta mais votada. Suas proposições legislativas buscavam garantir apoio aos direitos das MULHERES, à população LGBT, aos NEGROS e moradores de favelas. Em 14 de março de 2018, foi ASSASSINADA a tiros junto de seu motorista, Anderson Pedro Mathias Gomes, no Estácio, Região Central do Rio de Janeiro (Viana, 2023, p. 28).

Entre as mulheres influentes a serem biografadas para práticas de letramento racial, apresentar o legado dessa mulher negra, lésbica, mãe solo, formada em Sociologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), com mestrado em Administração Pública pela Universidade Federal Fluminense (UFF), ativista, feminista e política, é de suma importância para o rompimento de preconceitos e estereótipos junto aos discentes do ensino fundamental.

Sobre a categoria mãe solo, importante explicitar que são mulheres que por escolha própria ou não criam sozinhas os filhos. O termo veio substituir a terminologia “mãe solteira”, considerada pejorativa, por levar a entender que a mulher mãe não casada é solteira. Ser mãe solo significa que essa mulher assume mais uma parcela de tarefas e responsabilidades na sociedade, juntamente com o trabalho doméstico, ao passo que há mulheres que mesmo sozinhas podem ter a parceria daquele que é pai de seus filhos.

Como se sabe, Marielle Franco foi uma grande defensora dos direitos humanos, principalmente das minorias. Foi eleita vereadora do Rio de Janeiro, tendo por pautas a busca pela garantia dos direitos de mulheres, população LGBTQ, negros e moradores de favelas.

Partindo dos ideais dessa ativista, conforme biografia apresentada: “defensora dos direitos humanos, criticava a intervenção federal no Rio de Janeiro e a Polícia Militar, tendo denunciado vários casos de abuso de autoridade por parte de policiais contra moradores de comunidades carentes”, buscou-se revelar parte de sua luta, principalmente pelos direitos das mulheres, negros e homossexuais. Essa questão é retomada na proposta de interação com o texto biográfico, por meio de um caça-palavras, ao se propor



que sejam identificadas as palavras-chave que dizem respeito à atuação da Marielle, incluindo o seu assassinato.

Em um segundo momento, solicita-se que os estudantes enumerem as causas pelas quais Marielle Franco lutava, conforme informações apresentadas na biografia. Ainda neste item, indaga-se a respeito da sua filiação política.

Sobre sua biografia, pode-se abordar, em outras palavras, sobre o feminicídio político racializado, pois se observa no país um aumento de assassinato de lideranças indígenas e negras. Como se sabe, a violência aos corpos negros tem por base o racismo e as necropolíticas. No Brasil há uma cultura do assassinato daqueles(as) que defendem minorias e grupos socialmente oprimidos. Sendo assim, pontua-se que a biografia de Marielle Franco é um texto que possibilita discutir acerca de questões políticas e raciais, temas também a serem abordados em toda a educação básica.

As vinte biografias apresentadas no *Abecedário de ativistas afro-brasileiras e indígenas* foram organizadas com vistas à promoção de um letramento humanitário, que desperte nos(as) estudantes, desde os anos iniciais do ensino fundamental, o interesse pelos homens e mulheres que construíram a história e cultura de nosso país.

Ainda que se reconheça que há atividades realizadas no dia 20 de novembro (Dia da Consciência Negra), muitas delas apresentando pontos específicos, como a culinária ou elementos folclóricos, sem a ampliação da discussão para as questões sociais, políticas, de gênero e raciais, defende-se que é preciso entender que a educação antirracista abrange um conjunto de medidas, incluindo reformulação do currículo e a formação continuada, uma vez que essas discussões não dizem respeito apenas aos educadores negros e indígenas. Nesse sentido, faz-se fundamental que todos acessem bibliografias especializadas e que tenham liberdade de refletir acerca de novas iniciativas e proposições ao alcance de uma educação antirracista.

Considerações finais

O *Abecedário de ativistas afro-brasileiras e indígenas* constitui-se em um material didático-pedagógico produzido coletivamente, com a participação de



discentes do sexto semestre do curso de Pedagogia do Departamento de Educação – Campus X, da Universidade do Estado da Bahia (Uneb), tendo por objetivo fomentar práticas educativas antirracistas e de valorização da diversidade étnico-racial e de gênero.

Almejou-se na elaboração desse trabalho o desenvolvimento crítico e social das estudantes do curso de Pedagogia, atentando-se para as leis n.º 10.639/03 (Brasil, 2003) e n.º 11.645/08 (Brasil, 2008), que fundamentam o componente Núcleo de Extensão e Pesquisa Interdisciplinar IV, cuja ementa no Projeto de Renovação de Reconhecimento de curso de Pedagogia, da Universidade do Estado da Bahia, prevê:

[...] debater as educações e formações imbricadas na/pela diversidade cultural para a construção de uma sociedade antirracista e pluridiversa no Brasil e o racismo estrutural e as desigualdades sociais; desnudar o mito da democracia racial; analisar conceitos de racismo, preconceito, discriminação e estereótipos; e, problematizar o racismo e suas expressões nas experiências/relações intraescolares (Uneb, 2022, p. 172).

Como apresentado antes, o *Abecedário de ativistas afro-brasileiras e indígenas* foi organizado a partir de vinte biografias de mulheres afro-brasileiras e indígenas, nacionais e regionais, a fim de se promover reflexões acerca da contribuição dessas mulheres na organização de movimentos sociais e de ações de enfrentamento às diversas formas de violência, notadamente ao racismo. Portanto, pretendeu-se, com os vinte textos biográficos, a promoção de uma educação decolonial, somando-se às demais políticas públicas afirmativas de combate ao racismo, no âmbito da universidade e da educação básica.

Considera-se que as biografias apresentadas darão visibilidade a essas mulheres, além de inspirar outras. Nesse sentido, o abecedário, ao mesmo tempo que apresenta essas mulheres e suas pautas, propõe que a escola seja um ambiente acolhedor e inclusivo para as meninas e mulheres indígenas e afro-brasileiras, ao se considerar ser de extrema importância para o fortalecimento da luta pela igualdade de gênero, maior participação feminina no universo científico e político.



Interessante dizer que as produções das biografias e das atividades de letramento promoveram o desenvolvimento da lectoescrita das estudantes de Pedagogia, possibilitando que, de forma diferenciada, cada uma apreendesse acerca da produção e divulgação de informações que fossem promotoras da decolonização de saberes, a partir de perspectivas dialógicas com as demandas atuais do ensino, levando em consideração as culturas subalternizadas, ainda invisibilizadas socialmente.

Ao encontro dessa proposta pedagógica, a Comissão de Direitos Humanos (CDH) do Senado Federal aprovou, no dia 19 de junho de 2024, um projeto que torna obrigatório o conteúdo feminista nos currículos escolares da educação básica. A proposta, de autoria da deputada Tabata Amaral (PSB-SP), define que conteúdos que evidenciem as contribuições, vivências e conquistas das mulheres devem ser aplicados no âmbito dos componentes curriculares de história, ciências, arte e cultura do Brasil e do mundo. O projeto também institui a Semana de Valorização de Mulheres que Fizeram História, a ser realizada anualmente, na segunda semana de março (Carta Capital, 2024). Um passo importante para as políticas afirmativas de gênero, uma vez que a transformação social e econômica no Brasil demanda abordar as dimensões sistêmicas da exclusão racial e de gênero, principalmente no contexto escolar.

Referências

ARAÚJO, Hadassa Borges Pacheco de. “Jaqueline Goes de Jesus”. In: [PORTO, Helânia Thomazine; JESUS, Lúcia de Fátima Oliveira de. **Abecedário de ativistas afro-brasileiras e indígenas**](#). [recurso eletrônico]. 47 p. Curso de Pedagogia. Departamento de Educação – Campus X. Universidade do Estado da Bahia. Teixeira de Freitas: DEDC-X, 2023. Disponível em: https://www.agaypihugkua.com/files/ugd/6b1b54_ed3b4200f53e493e9c6198755ffb0cc7.pdf. Acesso em: 17 fev. 2023.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo**. São Paulo: Difel, 1980.

BOUTELDJA, Houria. **Descolonizar a Europa**. Primeira Conferência da Rede Descolonial Europeia, ocorrida entre 10 e 11 de maio de 2012 na Universidade Complutense de Madri, 2012.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB**. 2. ed. Brasília: Senado Federal, Coordenações de Edições Técnicas, 2018.



BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018.

BRASIL. Lei n.º 10.639, de 10 de janeiro de 2003, que altera a Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2003.

BRASIL. Lei n.º 11.645, de 10 de março de 2008, que altera a Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei n.º 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 11 mar. 2008.

CARTA CAPITAL. **Projeto que torna obrigatório conteúdo feminista nas escolas avança no Senado**. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/educacao/projeto-que-torna-obrigatorio-conteudo-feminista-nas-escolas-avanca-no-senado/>. Acesso em: 23 jun. 2024.

CUNHA, Maria Amália; NUNES Célia Maria. As biografias educativas como fonte de pesquisa e estudo no campo da formação docente: notas iniciais para uma discussão teórico/metodológica. **Revista Thema**, v. 14, n. 2, p. 9-13, 2017.

DAVIS, Angela Yvonne. **Mulheres, raça e classe** [recurso eletrônico]. Trad. Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

FANON, Frantz. “Racismo e cultura”. In: SANCHES, Manuela Ribeiro (org.). **Malhas que os Impérios tecem**: textos anticoloniais, contextos pós-coloniais. Coimbra: Edições 70, 2011. (Coleção Lugar da História).

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

FREIRE, Paulo. **Conscientização**: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. São Paulo: Centauro, 2001.

PIMENTEL, Carolina. Mais de 70% das cidades não cumprem lei do ensino afro-brasileiro. **Portal Geledés**, 18 abr. 2023. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/mais-de-70-das-cidades-nao-cumprem-lei-do-ensino-afro-brasileiro/>. Acesso em: 22 de abr. 2023.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. São Paulo: Martins Fontes, 2017.

JESUS, Lúcia de Fátima Oliveira de. “Pesquisa em educação, história de vida e sala de aula”. In: SILVA, Geovani de Jesus Silva; SANTOS, Joceneide Cunha dos; SOARES, Leandro; LIMA, Caroline de Araújo (org.). **Interloquções entre ensino, cultura e diversidade**. Curitiba: CRV, 2022. p. 359-376. (Coleção Educação básica em debate, v. 1).



LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina A. **Técnicas de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1991.

LÜDKE, Menga; CRUZ, Giseli Barreto da. Contribuições ao debate sobre a pesquisa do professor da educação básica. **Revista Brasileira de Pesquisa sobre Formação de Professores**, v. 2, n. 3, p. 86-107, 18 dez. 2010. Disponível em: <https://revformacaodocente.com.br/index.php/rbpf/article/view/20/18>. Acesso em: 1 jan. 2023.

MACHADO, Islen B. R. *Alfabetário afrobiográfico em uma turma do 3º ano do Ensino Fundamental*. **Revista Educação Pública**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 22, 13 jun. 2023. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/23/22/alfabetario-afrobiografico-em-uma-turma-do-3-ano-do-ensinofundamental>. Acesso em: 13 jun. 2023.

PAIVA, Francis Arthuso. Entrevista Zaira Bomfante dos Santos. **Kiri-kerê: Pesquisa em Ensino**, Vitória, Ufes, Dossiê n. 8, p. 9-14, 18 ago. 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/kirikere/issue/view/1449>. 13 de jun. 2023.

PINHEIRO, Bárbara Carine Soares. **@Descolonizando saberes: mulheres negras na ciência**. São Paulo: Livraria da Física, 2020.

PORTO, Helânia Thomazine; JESUS, Lúcia de Fátima Oliveira de. **Abecedário de ativistas afro-brasileiras e indígenas**. [recurso eletrônico]. 47 p. Curso de Pedagogia. Departamento de Educação – Campus X. Universidade do Estado da Bahia. Teixeira de Freitas: DEDC-X, 2023. Disponível em: https://www.agaypihugkua.com/files/ugd/6b1b54_ed3b4200f53e493e9c6198755ffb0cc7.pdf. Acesso em: 17 fev. 2023.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno manual antirracista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SCHUCMAN, Lia Vainer. **Entre o “encardido”, o “branco” e o “branquíssimo”**: raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana. 2012. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

SILVA, Yara Pereira Costa. “Elza de Sousa Sales”. In: PORTO, Helânia Thomazine; JESUS, Lúcia de Fátima Oliveira de. **Abecedário de ativistas afro-brasileiras e indígenas**. [recurso eletrônico]. 47 p. Curso de Pedagogia. Departamento de Educação – Campus X. Universidade do Estado da Bahia. Teixeira de Freitas: DEDC-X, 2023. Disponível em: https://www.agaypihugkua.com/files/ugd/6b1b54_ed3b4200f53e493e9c6198755ffb0cc7.pdf. Acesso em: 17 fev. 2023.

UNEB. **Projeto de renovação de reconhecimento do curso de Pedagogia**. Departamento de Educação – Campus X, Teixeira de Freitas (BA), 2022.



VIANA, Rutielhe da Cruz. “Marielle Franco”. In: [PORTO, Helânia Thomazine; JESUS, Lúcia de Fátima Oliveira de. Abecedário de ativistas afro-brasileiras e indígenas](#). [recurso eletrônico]. 47 p. Curso de Pedagogia. Departamento de Educação – Campus X. Universidade do Estado da Bahia. Teixeira de Freitas: DEDC-X, 2023. Disponível em: https://www.agaypihiugkua.com/files/ugd/6b1b54_ed3b4200f53e493e9c6198755ffb0cc7.pdf. Acesso em: 17 fev. 2023.

Sobre as autoras

Helânia Thomazine Porto

hveronez@uneb.br

<https://orcid.org/0000-0001-8158-5546>

Professora-pesquisadora da Universidade do Estado da Bahia (Uneb), lotada no Departamento de Educação – Campus X. Doutora em Ciências da Comunicação (Unisinos/RS), mestra em Administração, Comunicação e Educação (São Marcos/SP). Membro dos grupos de pesquisa: GEICEL/UNEB/CNPQ e PROCESSOCOM/UNISINOS/CNPQ.

Lúcia de Fátima Oliveira de Jesus

lfjesus@uneb.br

Professora titular da Universidade do Estado da Bahia (Uneb). Professora colaboradora no Programa de Mestrado em Ensino de Relações Étnico-Raciais da Universidade Federal do Sul da Bahia (PPGER/UFSB). Mestra e doutora em Educação pela Universidade de São Paulo (USP). Pós-doutoramento em História da Educação pela Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto/PT.

